

Políticas econômicas de Integração na região Centro-Sul

ISABELLA MARTINS DIAS FERREIRA

As pesquisas históricas relativas a Minas Gerais produziram obras que se dedicaram ao estudo da capitania, quando a atividade mineradora concentrava todas as atenções. Outros trabalhos historiográficos mais recentes incidem sobre o abastecimento das regiões mineradoras no século XVIII, procurando analisar os vínculos estabelecidos entre regiões produtoras e o capital mercantil. Entretanto, um estudo sobre a província, permanece incompleto.

A realidade econômica da província mereceu a atenção de Francisco Iglésias, que em sua obra, procurou enfatizar o papel do governo no desenvolvimento dos setores mais significativos, como lavoura, pecuária e indústria. Para Iglésias, o pouco interesse que este período da história mineira desperta nos historiadores, deve-se ao fato de que enquanto capitania, Minas distingue-se de todas as outras, como província, subordina-se às mesmas leis que regem as outras províncias, não tendo nada em seu desenvolvimento que possa ser assinalado com grandes pompas ou misérias.¹

Embora a vida econômica de Minas no século XIX apresente um desenvolvimento bem mais tranqüilo, se comparado ao que se observou no XVIII quando tudo girava em torno do trabalho minerador, foi justamente naquela época que se estabeleceram as características que configuram a região.

Após a decadência da mineração o recurso encontrado pela população mineira foi abrir pastos, plantar milho, mandioca, cana; fabricar queijos, farinhas e cachaça. E mesmo na época da mineração, houve espaço para essa atividade de abastecimento. Contudo, o governo português pensava em outras riquezas, criando embaraços a tais atividades.

Na segunda metade do século XVIII, essa situação começou a reverter-se, a agricultura se impôs, e a pecuária obteve um êxito imediato através da exportação do gado vaccum, suíno, cavalari, toucinho e queijos. A região Sul da Capitania de Minas transformou-

¹ IGLESIAS, Francisco Política Econômica do Governo Provincial Mineiro (1835-1889) Ministério da Educação e Cultura. RJ. 1958

se numa zona produtora de gêneros de primeira necessidade, exportando não só para regiões vizinhas, como para outras capitâneas.

O governo procurou adotar medidas que auxiliassem o desenvolvimento dessas duas atividades econômicas, que converteram-se no sustentáculo da economia mineira. Observa-se que a linha de ação do governo, não estava mais caracterizada por um intervencionismo excessivo. Desta vez, a presença do Estado só foi sentida através de medidas reguladoras básicas ou então, pelos incentivos e recomendações.²

A respeito do cenário político do século XIX, convém esclarecermos que o ato adicional de 1834 havia substituído os Conselhos Gerais, por Assembléias Legislativas Provinciais. Na teoria, esses governos, passariam a dispor de certa autonomia, entretanto, o presidente da província era uma livre escolha do governo central, não sendo necessário ser natural da província que governava, ou estar de alguma forma a ela relacionado. Na prática isso significava dizer, que o presidente da província tinha sua lealdade e fidelidade orientadas para o governo imperial. Neste caso, não havia espaços para regionalismo, acima da província havia o império, representado em cada uma delas por seus respectivos presidentes³

Ainda que fosse instrumento de propósitos centralizadores, o cargo exigia responsabilidades referentes a manutenção da ordem, a melhoramentos locais, as finanças e também as iniciativas de interesse público, e dentre estas, destacaram-se as realizações empreendidas em benefício da agricultura e da pecuária, essas duas atividades, que como já foi dito constituíam-se na principal fonte de riqueza da Província. Interessa-nos analisar, através dos relatórios dos presidentes de província, e a correspondência entre estes e a corte, não só o desenvolvimento progressivo de certos setores da economia mineira, como também a integração da região Centro-Sul, proporcionada pelo comércio de abastecimento.

² IGLESIAS. Política Econômica Op.cit.: 199

³ Idem, p 38-39

A pecuária que disputa com a mineração a posição de desbravadora do sertão assumiu uma importância, que se alongou por séculos na vida econômica e social da região. O gado mineiro contribuiu para o abastecimento de São Paulo e principalmente do Rio de Janeiro, possibilitou o desenvolvimento de uma indústria: a de laticínios e foi também utilizado como transporte, transformando-se num precioso elemento de comunicação.⁴

Nas primeiras décadas do século XIX, as exportações de gado vacum, suíno, cavalos, toucinho e queijos eram mais rendosas que a dos produtos agrícolas, demonstrando um crescimento que variava entre 38% a 163%.⁵ A importância desta atividade transparece na afirmação do presidente José da Costa Machado:

*(...) a exportação de gado da província para ser consumido na corte é objecto de transcendência, não só como gênero de primeira necessidade para a capital do Império, como também por ser um dos productos, que bem aproveitado há de trazer a riqueza ao Sul e Centro de Minas.*⁶

Contudo, os relatórios evidenciavam que a atividade não estava prosperando quanto o desejado. Contribuíram para isso as pestes que assolavam as fazendas e a falta de cuidados dos criadores.

No relatório de 1843, o presidente Francisco Soares de Andréia sugeria que se estimulasse a melhoria das raças, através do cruzamento com animais vindos de fora, propagar novas raças como a do camelo e do dromedário, animais próprios para conduções mais pesadas e observava que fosse dada mais atenção às raças cavalos e lanígeros, devido à preocupação com a fábrica de laticínios.⁷ De um modo geral essas medidas foram sugeridas em quase todos os relatórios que tratavam do assunto, além disso, foi citada a questão da isenção dos tributos e o estabelecimento de uma fazenda normal, que o presidente Quintiliano José da Silva julgava ser a mais imprescindível necessidade:

Em huma província como esta em que a creação dos gados forma um dos principaes ramos da fortuna particular e pública, onde he tanta a inclinação dos habitantes por este meio de vida, (...) parece ser da mais

⁴ IGLESIAS, Política Econômica, op. cit:84

⁵ FRAGOSO, João *Homens de Grossa Ventura*: acumulação e hierarquia na praça mercantil d'ório de Janeiro.(1790-1830).Rio de Janeiro.Arquivo Nacional.1992.:171

⁶ José da Costa Machado de Souza – Relatório de 1868:28. Biblioteca Nacional

⁷ Francisco José de Souza Soares de Andréia - Relatório de 1843: 59. Biblioteca Nacional

*urgente necessidade o estabelecimento de huma Fazenda normal de criação onde se propaguem as melhores raças dos diversos gados, afim de que os creadores mineiros com este recurso possam tirar de seus campos os productos valiosos, que elle lhes devem dar.*⁸

Se a pecuária esteve longe de atingir seu nível mais alto de desenvolvimento, não deixou de ser em momento algum uma ótima fonte de renda para os cofres provinciais.

Mas a base sólida de riqueza pública foi mesmo a agricultura que proporcionou a Minas, recursos para seu próprio abastecimento e ainda para exportação. A respeito desta atividade, os relatórios mencionavam que o seu desenvolvimento tinha como obstáculos os problemas originários da rotina e os processos antiquados e vagarosos. No relatório de 1939, Bernardo Jacinto da Veiga afirmava que as câmaras municipais não conseguiam levar a efeito certas medidas em benefício da agricultura, pois:

*(...)os vereadores, ou são esses mesmos lavradores emperrados na rotina, que acharão em uso, ou negociantes, que desconhecendo os verdadeiros interesses do Paiz, e consequentemente os próprios, cuidados exclusivamente dos seu commercio, não tomam a peito os melhoramentos da agricultura.*⁹

Buscou-se reverter a situação com a organização de uma escola normal, onde se pudesse adquirir conhecimentos teóricos e práticos sobre a agricultura:

*(...)estabelecimento de uma Fazenda normal, onde, a par do ensino de theoria, se dessem licções praticas da industria agrícola, e se empregassem os meios conducentes a faze-la prosperar em seus diversos ramos. (...)Os órfãos pobres, e quaesquer outras pessoas, que por certo espaço de tempo se dessem aos trabalhos da agricultura na fazenda Normal sairião optimos feitores, que para dirigirem proveitosamente a cultura das fazendas da província serão pro toda parte procurados*¹⁰

O mesmo espírito de ilustração pode ser encontrado em outra iniciativa do governo, que procurou distribuir a todos os municípios memórias que tratam de diversos objetos de interesse dos agricultores¹¹, que segundo o relatório do presidente José de Miranda Ribeiro:

⁸ Quintiliano José da Silva - relatório de 1846: 86. Biblioteca Nacional

⁹ Bernardo Jacinto da Veiga - Relatório de 1939: 40. Biblioteca Nacional

¹⁰ Antonio Costa Pinto - Relatório de 1837:25. Biblioteca Nacional

¹¹ José Cesário de Miranda Ribeiro -.Relatório de 1838:25. Biblioteca Nacional

*(...) todos elles estão possuídos dos melhores desejos, mas, levados, somente pela rotina, são poucos os que sabem tirar partido dos recursos, que são desprezados pela inexperiência do maior número. Assim deve o governo estar habilitado para conduzi-los pela mão à fim de mostrar seus verdadeiros interesses.*¹²

Outras medidas foram também citadas pelas autoridades como aperfeiçoamento dos instrumentos agrários, isenção de tributos a determinados artigos e aumento e variação da produção, buscando em outras culturas como a do anil, do chá, da cochonilha, novos ramos de exportação.

As ações realizadas em favor da atividade agrícola tiveram o auxílio do poder imperial, que através da Secretaria de Negócios do Império, e mais tarde do Ministério da Agricultura, Comércio e Obras Públicas¹³, fornecia sementes e plantas, a pedido do governo provincial, e às vezes por iniciativa própria:

*Manda o regente interino, em nome do imperador o senhor d. Pedro II pela Secretaria de Negócios do Império remetter à câmara Municipal da Villa de baependy hua porção de sementes de tabaco cubano da primeira qualidade e hua cópia das instruções necessárias para a sua plantação e cultura. E hã por bem, que a dita câmara distribuindo-as pelos melhores agricultores de seu município procure que tão preciosa planta vingue e prospere em beneficio geral da agricultura e commércio*¹⁴

Além do tabaco, a província produzia para exportação o café, o milho, a cana-de-açúcar, a mandioca e o chá, que foi objeto de constante atenção, do governo local e também do governo central.

O governo imperial ao autorizar o estabelecimento de um jardim de plantas na província de Minas, que deveria fornecer auxílio a agricultura e ao comércio, determinou que: *viesses uma pessoa escolhida para se instruir no jardim da Lagoa (...), pois que em curto prazo pode adquirir necessários conhecimentos para a cultura das plantas e*

¹² Quintiliano José da Silva - Relatório 1846:61. Biblioteca Nacional

¹³ A Secretaria de Negócios do Império tinha um extenso campo de atuação – além de prover a agricultura, cuidava das minas, indústria, estabelecimentos de ensino ,etc.. Em 1860 foi criado o Ministério da Agricultura, Comércio e Obras públicas, expressando um principio de especificação administrativa. IGLÉSIAS, op. Cit:p 65

¹⁴ Secretaria de Negócios do Império. Correspondência para a Comarca de Baependy. 23 de janeiro de 1938.Série Negócios de Províncias e Estados(1830-1845). Arquivo Nacional

*especialmente para o fabrico do chá, que muitas vantagens deve dar ao comércio deste Império.*¹⁵

A cultura do chá espalhou-se por vários pontos da Província, merecendo cuidados especiais e incentivos do governo provincial:

*Desejando animar por todos os meios este ramo da industria, não só tenho dado ordem a que se distribuam sementes por todas as municipalidades ,e fazendeiros que a exigirem, mas também fiz imprimir ultimamente uma memória do diretor do jardim, contendo instruções sobre a cultura e fabrico deste precioso vegetal*¹⁶

Esperava-se que o chá viesse a ser um dos principais ramos da exportação, que elevasse a província de Minas a um grau de prosperidade incalculável. Tamanho entusiasmo justificava-se por tratar-se de um produto, pouco volumoso, mas de grande valor; seus rendimentos superavam as despesas relativas a sua produção e a transporte, ao contrário do café e do açúcar, produtos que sofriam a concorrência de gêneros semelhantes fabricados no Rio de Janeiro ou em outras províncias.

Nos relatórios, assinalava-se que as condições das estradas e as dificuldades do transporte resultavam numa desvantagem dos fazendeiros mineiros em relação a outros vendedores, que também concorriam à praça do Rio de Janeiro.

*Vós não desconheceis, senhores, que o maior mal que afflige a esta província , é a falta de boas vias de comunicação para o mercado do Rio de Janeiro: os nossos gêneros, pela despeza do frete, não podem competir em concurrencia com os de outras províncias: a agricultura desanima, e as rendas publicas não se podem augmentar sem que se facilitem os transportes*¹⁷

No início do século XIX foram abertas duas estradas, que interligavam a região de Minas ao mercado da corte do Rio de Janeiro. A construção dessas vias de comunicação, quase simultâneas, foi acompanhada de uma política de incentivo ao comércio, agricultura e povoação nessa região, inserindo-se nos projetos de infra-estrutura realizados pelo príncipe

¹⁵ Correspondência dirigida ao presidente da Província de Minas Gerais em 14 de julho de 1825. Série Negócios de Províncias e Estados (1808-1830) Arquivo nacional

¹⁶ Bernardo Jacinto da Veiga - Relatório de 1840: 59. Biblioteca Nacional

¹⁷ Quintiliano José da Silva..Relatório de 1847:40. Biblioteca Nacional

regente, que de acordo com Alcir Lenharo¹⁸, tiveram uma significação especial na medida que interrompidos no final do Primeiro Reinado, devido a uma crise econômica que assolou o país, permitiram a instalação das bases de integração do Estado.

Embora, pouca coisa tenha mudado no eixo das comunicações do Centro-Sul antes da expansão cafeeira, o governo imperial procurou estimular a abertura de novas vias de comunicação e em se tratando da conservação dos antigos caminhos públicos foram feitos os reparos mais urgentes, como no caso da estrada da polícia, terminados os reparos, o governo incumbiu a câmara municipal de Barbacena de escolher três proprietários, que se responsabilizariam por qualquer danificação ocorrida nos seus respectivos distritos mediante “*uma gratificação annual, a proporção da natureza do terreno, em que se achar a porção da Estrada, e das pontes que nella houver, e a qual lhes será paga pelo cofre dos Registros e Passagens (...)*”¹⁹

Num outro ofício, desta vez dirigido ao presidente da província de Minas, o governo imperial recomendava: *A província de Minas Geraes tem necessidade de obras públicas, e sobretudo de estradas.*²⁰

No relatório de 1837, há uma menção a um plano geral de estradas, que envolvia quatro estradas principais, que ligariam a Província a capital do império.²¹ O presidente Francisco Soares de Andréia, em 1843, afirmava que a população e riqueza “crescem na razão directa da perfeição, e da facilidade de comunicações”, por isso não haveria bem maior que se pode fazer a uma província ou país do que abrir boas estradas:

Esta Província, bem como algumas outras, tem sentido estas verdades, e dão principio a huma estrada principio á huma bem concebida e dirigida, que uma vez acabada, dará fácil, e seguro transito até a província do Rio de Janeiro: e com os esforços que devemos esperar da Administração daquella Província em facilitar suas comunicações para esta, donde recebe considerável abastecimento, veremos em pouco tempo realizar-se o uso das maquinas de conducção como sejam os nossos carros

¹⁸ LENHARO, Alcir. *Tropas da Moderação*. Biblioteca carioca. 1993:69

¹⁹ Correspondência entre o Governo imperial para Câmara Municipal da Vila de Barbacena – 25 de abril de 1832. Série: Negócios de Províncias e Estados (1830-1840) Arquivo Nacional

²⁰ Correspondência entre o Governo imperial e o presidente de província Sebastião Barreto Pinto. Série: Negócios de Províncias e Estados (1830-1840) Arquivo Nacional

²¹ Antonio Costa Pinto – Relatório de 1837: Biblioteca Nacional

ordinários, e outros muito melhorados com grande economia em despesa, e muita facilidade em meios (...)²²

O governo procurou também estabelecer barreiras, que além de permitir que se avaliasse as exportações através de bases mais sólidas, poderia proporcionar os meios de se conservar as estradas e produzir recursos para novos empreendimentos.²³ E facilitar a comunicação entre comarcas e regiões circunvizinhas, ainda que muitas vezes atribuísse essas iniciativas aos setores particulares, como lembrou Quintiliano José da Silva: *"As terras entre nós ou são possuídas por títulos de sesmarias, ou de posse: em qualquer destes dois casos foi sempre corrente, que a concessão era feita com a obrigação de darem os respectivos proprietários comoda passagem ao público"*²⁴ Por cômoda passagem, entende-se a obrigação de abrir estradas, construir pontes e fazer reparos necessários à conservação e limpeza dos caminhos públicos.

O que se observa é que o governo identificou os maiores obstáculos ao desenvolvimento econômico da província. Contudo, nem sempre essas verificações transformaram-se em ações concretas, seja, devido a descontinuidade das práticas adotadas, seja pelas limitações de uma legislação centralizadora ou ainda pelo fato de que o cargo era utilizado como instrumento de uma política partidária.

Mas apesar de todas as limitações, sempre se fez alguma coisa, e os maiores impulsos foram dados ao desenvolvimento agropastoril, buscando articular Minas ao seu principal mercado consumidor: o Rio de Janeiro

Foi esse comércio de abastecimento que promoveu um dinamismo da região, abriram-se estradas, incentivou-se o povoamento, formaram-se fortunas; Minas integrava-se ao ritmo econômico das outras províncias.

A função de integração desse comércio de abastecimento, que ocorria desde princípios do XIX, perdurou no tempo alimentando a expansão da economia cafeeira.

²² Francisco José de Souza Soares de Andréia - Relatório de 1843: 29. Biblioteca Nacional

²³ Idem, p 36.

²⁴ Quintiliano José da Silva - relatório de 1846: 63. Biblioteca Nacional